



**Projeto Básico**  
**Processo nº 13.083.006598/2023-14**

**1. DO OBJETO PRETENDIDO**

**1.1.** Este objeto destina-se para a contratação de empresas / profissionais de arquitetura ou engenharia, com especialização em Engenharia de Estruturas, para a elaboração de Laudo de Avaliação Estrutural e Projetos Executivos com proposta de intervenção nas áreas a serem vistoriadas nos prédios públicos da Receita Federal do Brasil 4ª RF.

ITEM 01- Delegacia de Maceió/AL- localizada na rua Sá e Albuquerque, 541 – Jaraguá – Maceió/AL.

ITEM 02 - Agência Caicó/RN - - localizada na rua Felipe Guerra, Centro, Caicó/RN-CEP 59.300-000.

ITEM 03 – Agência Campina Grande/PB - localizada na rua Janúncio Ferreira, Centro, Campina Grande/PB -CEP 58.400-158.

ITEM 04 – Agência Ouricuri/PE - localizada na av. Almir de Souza Mascarenhas, 125, Centro Ouricuri/PE - CEP 56.200-000

**Quadro 1 – Itens do objeto**

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR DE REFERÊNCIA
01	<b>Delegacia de Maceió/AL:</b> elaboração de Laudo de Avaliação Estrutural e Projetos Executivos com proposta de intervenção	Unidade	01	<b>R\$ 17.101,88</b>
02	<b>Agência Caicó/RN:</b> elaboração de Laudo de Avaliação Estrutural e Projetos Executivos com proposta de intervenção	Unidade	01	<b>R\$ 15.133,06</b>
03	<b>Agência Campina Grande/PB:</b> elaboração de Laudo de Avaliação Estrutural e Projetos Executivos com proposta de intervenção	Unidade	01	<b>R\$ 32.682,31</b>
04	<b>Agência Ouricuri/PE:</b> elaboração de Laudo de Avaliação Estrutural e Projetos Executivos com proposta de intervenção	Unidade	01	<b>R\$ 10.916,75</b>
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 75.834,00</b>

**2. REGIME DE EXECUÇÃO**

**2.1.** Conforme orientações da SAENG no Apêndice A desse projeto, o regime de execução será empreitado por preço Unitário.

**3. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO**

**3.1.** Não comum

**3.2.** Dedicção exclusiva de mão de obra: não



#### **4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

##### **4.1. Menor Preço.**

#### **5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE (ART. 3º DO DECRETO 7.746/2012)**

**5.1.** Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

#### **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (ANEXO X DA IN 05/2017)**

##### **6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**

- Conforme diretrizes e especificações de execução dos serviços estabelecidos nos Cadernos de Especificações do respectivo Item elaborados pela Seção de Obras e Serviços de Engenharia – SAENG Apêndice B desse Projeto Básico.
- A execução dos serviços será iniciada após assinatura do contrato, cujas etapas observarão o Cronograma Físico-Financeiro, em anexo.

##### **Quadro 2 – Endereços dos locais de prestação de serviço**

ITEM 01- Delegacia de Maceió/AL- localizada na rua Sá e Albuquerque, 541 – Jaraguá – Maceió/AL.
ITEM 02 - Agência Caicó/RN - - localizada na rua Felipe Guerra, Centro, Caicó/RN-CEP 59.300-000.
ITEM 03 – Agência Campina Grande/PB - localizada na rua Janúncio Ferreira, Centro, Campina Grande/PB - CEP 58.400-158.
ITEM 04 – Agência Ouricuri/PE - localizada na av. Almir de Souza Mascarenhas, 125, Centro Ouricuri/PE - CEP 56.200-000

#### **7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

**7.1.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas nos Apêndices B e C do Projeto Básico, promovendo sua substituição quando necessária.

#### **8. REQUISITOS DE CAPACIDADE TÉCNICA**

- 8.1.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Aviso de Dispensa Eletrônica.
- 8.2.** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 8.2.1.** Registro ou inscrição da empresa / Profissional licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) em plena validade, conforme as áreas de atuação que atendam ao Objeto;
- 8.2.2.** Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente



identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia compatível com as características do Objeto.

**8.3.** Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

**8.3.1.** Descrição das características técnicas das obras ou serviços e atestar a execução parcial ou total do objeto do contrato;

**8.4.** Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do responsável técnico, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços que compõem o objeto.

## **9. DA VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

Dias previstos: de Segunda a sexta mediante agendamento prévio

Horário previsto: das 8:00 às 12:00 e 13:00 às 16:00 hrs

Fone para agendamento: 81-3797-5366 / 5345

## **10. DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO**

**10.1.** Não será permitida a subcontratação.

## **11. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

14.1 ITEM 01- Delegacia de Maceió/AL: 40 (quarenta) dias.

14.2 ITEM 02 - Agência Caicó/RN: 45 (quarenta e cinco) dias.

14.3 ITEM 03 – Agência Campina Grande/PB: 45 (quarenta e cinco) dias.

14.4 ITEM 04 – Agência Ouricuri/PE: 45 (quarenta e cinco) dias.

## **12. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

**12.1.** Assinatura do contrato: 15 dias;

**12.2.** Execução dos serviços: 175 dias;

**12.3.** Pagamento final: 15 dias;

**12.4.** Recebimento definitivo: 30 dias

**12.5.** O contrato terá vigência pelo prazo de 235 dias (7 meses), prorrogável nos termos da legislação em vigor.



### **13. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

**13.1.** Com base nas visitas técnicas realizadas pela equipe da SAENG nos prédios públicos da Receita Federal do Brasil 4ª RF, onde foram identificadas manifestações patológicas, verificou-se a necessidade de contratar especialista para realização de laudo com elaboração de projetos executivos com solução para reparo ou recuperação das estruturas de concreto.

**13.2.** Locais vistoriados:

**13.2.1.** ITEM 01- Delegacia de Maceió/AL- localizada na rua Sá e Albuquerque, 541 – Jaraguá – Maceió/AL.

**13.2.2.** ITEM 02 - Agência Caicó/RN - - localizada na rua Felipe Guerra, Centro, Caicó/RN-CEP 59.300-000.

**13.2.3.** ITEM 03 – Agência Campina Grande/PB - localizada na rua Janúncio Ferreira, Centro, Campina Grande/PB -CEP 58.400-158.

**13.2.4.** ITEM 04 – Agência Ouricuri/PE - localizada na av. Almir de Souza Mascarenhas, 125, Centro Ouricuri/PE - CEP 56.200-000

**13.3.** DRF\_ Maceió/AL

**13.3.1.** No prédio Principal existe um reservatório superior construído em concreto armado nas paredes e laje de piso e tampa em laje nervurada, na vistoria realizada foram identificadas manifestações patológicas nas paredes lado externo com pontos de fissuras/trincas e com armadura exposta e em processo de corrosão, na tampa várias fissuras/trincas e nervuras com ferragens exposta, ausência de impermeabilização.

**13.3.2.** No prédio Anexo1 foram encontradas fissuras em alguns pilares e viga.

**13.4.** ARF – Caicó RN

**13.4.1.** Na agencia de Caicó existe a necessidade de uma investigação mais aprofundada do local onde surgiram as fissuras e fraturas. Deverá ser realizada demolições em pontos da passarela externa e escavacação da região próxima aos pilares P28 e P29 para que se possa compreender melhor as possíveis causas do surgimento das manifestações patológicas destacadas.

**13.5.** ARF Campina Grande – PB

**13.5.1.** Na agencia Campina Grande existe a necessidade de uma investigação mais aprofundada do local onde surgiram afundamento de piso na área de atendimento do CAC e área do reservatório inferior e descalçamento de alguns pontos da base da edificação. Deverá ser realizada demolições em pontos do piso e escavacação nas regiões de afundamento do piso para que se possa compreender melhor as possíveis causas do surgimento das manifestações patológicas destacadas.

**13.6.** ARF Ouricuri – PE

**13.6.1.** Na agencia Ouricuri existe a necessidade de uma investigação mais aprofundada na agencia no local onde surgiram as rachaduras dos revestimentos de piso e alvenarias, assim como as fissuras dos pilares. Deverá ser realizada demolições em pontos da passarela externa e escavacação da região próxima a dois pilares para que se possa compreender melhor as possíveis causas do surgimento das manifestações patológicas destacadas.

**13.7.** Nos apêndices G a H encontram-se os relatórios das visitas técnicas realizadas pela SAENG.



- 13.8.** De posse dos laudos e projetos executivo com proposta de reparo/recuperação das estruturas passaremos para contratação da reforma que devolverá as condições de desempenho predial e uso da edificação.

**14. ÁREA REQUISITANTE**

- 14.1.** A área requisitante desta contratação é a SAENG/DIPOL/SRRF04.

**15. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 15.1.** Os serviços a serem realizados constam detalhadamente descritos na Planilha orçamentária. Por se tratar de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, ele tem seu enquadramento técnico como serviço Especial de engenharia, de acordo art. 6º, inciso XVIII da Lei 14.133.
- 15.2.** Em caso de serviços em altura, a equipe executora deve possuir treinamento de NR-35 – Trabalho em Altura e o certificado deste deve possuir validade até o prazo de conclusão dos serviços previsto no cronograma Físico-Financeiro.

**16. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

- 16.1.** Todos os materiais e técnicas executivas especificadas são adotadas como padrão de mercado e atendem à ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Vale ressaltar que o padrão executivo não implica em priorizar marca ou fornecedor, mas somente de atendimento de padrões mínimos referenciais de desempenho. Esses padrões são regularmente revisados, para acompanhar as mudanças na legislação de obras e inovações tecnológicas.
- 16.2.** Para cada item da Planilha, buscou-se as propriedades dos serviços que resultem em um desempenho técnico e durabilidade adequados. Foram estudados diferentes materiais e com diferentes faixas de preço, buscando o melhor uso dos recursos públicos.
- 16.3.** A Metodologia adotada para valor de referência de custo de cada serviços foi pela base de valores da última contratação de projetos conforme orientação da lei 14.133 art23 §2º , inciso III.
- 16.4.** A última contratação foi pela empresa ganhadora Geometrie na Contratação do Projeto de Reforma da DRF\_ Caruaru com área construída 1300m2 (processo n. 19615720503/2021-38 - TP01/2021). Contrato em execução.
- 16.5.** Em relação a singularidade do serviço, a presente contratação se configura como serviço Especial de engenharia, conforme Apêndice C do processo, tendo sido emitida ART que se encontra no Apêndice I do Projeto Básico, conforme art. 10 do Decreto 7.893/2013.

**17. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

- 17.1.** Os serviços serão executados de forma indireta sob regime de empreitada por preço Unitário, por profissionais pertencentes ao quadro funcional da Contratada, ou por ela contratados na forma estabelecida no Aviso de Dispensa Eletrônica, em seus anexos, e no Contrato a ser firmado com a empresa.
- 17.2.** Tais serviços são: a elaboração de Laudo de Avaliação Estrutural e Projetos Executivos com proposta de intervenção nas áreas a serem vistoriadas nos prédios públicos da Receita Federal do Brasil 4ª RF da Delegacia de Maceió/AL, Agência Caicó/RN, Agência Campina Grande/PB, Agência Ouricuri/PE.

**18. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

- 18.1.** As quantidades estão detalhadas na Planilha Orçamentária, Apêndice C desse Projeto, tendo ao lado de cada item o código do SINAPI ou a informação de composição. Consta ainda, no mesmo apêndice, composições dos itens de serviço e a composição do BDI empregado.

**19. DO CRONOGRAMA DE CONTRATAÇÃO**

- 19.1.** O disposto neste documento refere-se apenas a uma previsão, a assinatura do Contrato está condicionada à existência de créditos orçamentários autorizados no momento do pedido de fornecimento/contratação.

**20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ITEM 01- Delegacia de Maceió/AL- localizada na rua Sá e Albuquerque, 541 – Jaraguá – Maceió/AL.

ITEM 02 - Agência Caicó/RN - - localizada na rua Felipe Guerra, Centro, Caicó/RN-CEP 59.300-000.

ITEM 03 – Agência Campina Grande/PB - localizada na rua Janúncio Ferreira, Centro, Campina Grande/PB - CEP 58.400-158.

ITEM 04 – Agência Ouricuri/PE - localizada na av. Almir de Souza Mascarenhas, 125, Centro Ouricuri/PE - CEP 56.200-000

20.1 Consta no Plano de Engenharia 2023 – Proposta enviada a DIENG V01.11.22.

20.2 Informações a serem complementadas através de consulta ao Saofi/Dipol/SRRF04. O disposto neste documento refere-se apenas a uma previsão, a assinatura do Contrato está condicionada à existência de créditos orçamentários autorizados no momento do pedido de fornecimento/contratação.

**21. DA PREVISÃO DE GARANTIA**

- 21.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, uma vez que, devido à natureza e complexidade da contratação, os instrumentos para recolhimento de valores advindos das aplicações das sanções são suficientes para reparar possíveis falhas de execução contratual.

**22. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 22.1.** Os custos dos serviços levantados, a composição de BDI, as composições de custos estão presentes na Planilha Orçamentária. Nesta é especificada a fonte do custo (SINAPI e composição), obedecendo o Decreto nº 7.983/2013. O valor estimado que serve como referência para a contratação é de R\$ 75.834,00 (setenta e cinco mil, oitocentos e trinta e quatro reais).

**23. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 23.1.** Não será agrupado, pois é tecnicamente e economicamente viável dividir a solução, sem perda de escala. Ademais, há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.



**24. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

- 24.1.** Os recursos estão alinhados com o Plano de Engenharia 2023 – Proposta enviada a DIENG V01.11.22.

**Recursos do Plano de Engenharia**

Item	Código da Iniciativa	Unidade Administrativa	Grupo	Classe	Descrição	Valor PE2023
<b>01</b>		Delegacia de Maceió/AL	<b>OBS</b>	<b>OBRA</b>	REFORMA ESTRUTURAL, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS/LÓGICAS, ESQUADRIAS E LAYOUT DRF/MACEIÓ	<b>1.700.000,00</b>
<b>02,03,04</b>		Agência Caicó/RN, Agência Campina Grande/PB, Agência Ouricuri/PE	<b>OBS</b>	<b>SERVIÇO</b>	RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL AGÊNCIAS DE CAICÓ/RN, CAMPINA GRANDE/PB, OURICURI/PE	<b>100.000,00</b>

**25. RESULTADOS PRETENDIDOS**

- 25.1.** De posse dos laudos e projetos executivo com proposta de reparo/recuperação das estruturas passaremos para contratação da reforma que devolverá as condições de desempenho predial e uso da edificação.

**26. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

- 26.1.** A SAENG estará atuando no acompanhamento do SELIC durante o certame de licitação para contratação dos serviços e após contratação atuará no acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços em as suas fases do cronograma-físico-financeiro com o apoio técnico de corpo especializado contratado (Arquiteto, Engenheiros Civis, Engenheiro Eletricista e Técnicos em Edificações).

**27. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

- 27.1.** O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 40/2020, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que recomendamos a contratação proposta.



## **28. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

**28.1.** Não se aplica a esta contratação

## **30. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 30.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 30.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 30.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 30.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- 30.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 30.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - 30.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados.
  - 30.6.2. contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - 30.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 30.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 30.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 30.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 30.10. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

## **31. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 31.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;
- 31.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 31.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 31.4. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;





- 31.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 31.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 31.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 31.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 31.9. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 31.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 31.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
- 31.12. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 31.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 31.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 31.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 31.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.
- 31.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 31.18. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 31.19. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 31.19.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 31.19.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.



- 31.20. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 31.21. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 31.22. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 31.23. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 31.24. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 31.25. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Projeto Básico.
- 31.26. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 31.27. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;
- 31.28. A contratada será responsável por eventuais falhas do projeto, especialmente em relação aos efeitos patrimoniais dos danos causados à Administração, nos termos do art. 124, §1º, da Lei n. 14.133, de 2021.
- 31.29. A contratada deve estar ciente do conteúdo do art. 337-O do Código Penal introduzido pela Lei n. 14.133, de 2021, in verbis:

Art. 337-O. Omitir, modificar ou entregar à Administração Pública levantamento cadastral ou condição de contorno em relevante dissonância com a realidade, em frustração ao caráter competitivo da licitação ou em detrimento da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em contratação para a elaboração de projeto básico, projeto executivo ou anteprojeto, em diálogo competitivo ou em procedimento de manifestação de interesse:

Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Consideram-se condição de contorno as informações e os levantamentos suficientes e necessários para a definição da solução de projeto e dos respectivos preços pelo licitante, incluídos sondagens, topografia, estudos de demanda, condições ambientais e demais elementos ambientais impactantes, considerados requisitos mínimos ou obrigatórios em normas técnicas que orientam a elaboração de projetos.

## **32. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 32.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:
- 32.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 32.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 32.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 32.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 32.1.5. cometer fraude fiscal.



32.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii. **Notificação escrita ou verbal**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2** ;
- iii. **Multa de:**
  - (1) 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a **15 (quinze) dias**. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
  - (2) 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
  - (3) 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
  - (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
  5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
  6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- iv. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade**  
ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- v. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

32.3. As sanções previstas nos subitens “i”, “iv”, e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

32.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1

#### **Tabela 1**



GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	03
2	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, pertinentes as áreas de civil,	01
3	Não apresentar nos projetos e cadernos de especificações o detalhamento compatível com itens pertinentes a contratação.	04
4	Trocar responsável técnico sem a anuência prévia do CONTRATANTE	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador;	05

32.5. Também fica sujeitas às penalidades da lei 14.133. de 2021, a Contratada que:



- 32.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 32.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 32.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 32.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 32.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 32.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 32.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 32.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 32.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 32.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 32.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 32.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **33. DOS ANEXOS A ESTE PROJETO BÁSICO**

Apêndice A – Termo de Justificativas Técnicas Relevantes (Engenharia);

Apêndice B – Caderno de Especificações Técnicas

Apêndice C – Planilha Orçamentaria; Cronograma Físico Financeiro (art. 12 do Decreto 7.893/2013)

Apêndice D- Planilha dos Licitantes

Apêndice E – Plantas da DRF Maceió

Apêndice F – Relatório – Visita Técnica à ARF Campina Grande

Apêndice G – Relatório Técnico - Patologias estruturais Agências da 04 RF



Apêndice H - Relatório – Visita Técnica à DRF Maceió

Apêndice I - ARTs

### **34. QUADRO DE ASSINATURAS**

<i>Assinatura Digital</i> Everton Sampaio de Menezes <i>Elaboração - SELIC04</i>	<i>Assinatura Digital</i> Elton Kleber da Silva <i>Revisão – Chefe do SELIC04</i>
--	---

<i>Assinatura Digital</i> Alessandro Machado de Jesus <i>Demandante</i> Art. 29, §2º da IN SEGES 05/2017
---

<i>Assinatura Digital</i> <i>Chefe da DIPOL04</i> <i>Reconhecimento de Situação de Dispensa de licitação</i>	<i>Assinatura Digital</i> <i>Superintendente da SRRF04</i> <i>Ratificação de Reconhecimento de Dispensa de Licitação</i> <i>Aprovação do Documento</i>
--	---





**Ministério da Fazenda**

**PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

**Histórico de ações sobre o documento:**

Documento juntado ao processo em 02/06/2023 10:17:09 por Ginaldo Antonio Freire.

Documento assinado digitalmente em 02/06/2023 10:17:09 por GINALDO ANTONIO FREIRE, Documento assinado digitalmente em 02/06/2023 10:09:33 por DREYFUS DIOGENES DE LIMA, Documento assinado digitalmente em 02/06/2023 10:09:33 por DREYFUS DIOGENES DE LIMA, Documento assinado digitalmente em 02/06/2023 09:20:54 por ALESSANDRO MACHADO DE JESUS, Documento assinado digitalmente em 02/06/2023 02:10:18 por ELTON KLEBER DA SILVA, Documento assinado digitalmente em 02/06/2023 02:10:18 por ELTON KLEBER DA SILVA, Documento assinado digitalmente em 01/06/2023 15:34:21 por EVERTON SAMPAIO DE MENEZES e Documento assinado digitalmente em 01/06/2023 15:34:21 por EVERTON SAMPAIO DE MENEZES.

Esta cópia / impressão foi realizada por EVERTON SAMPAIO DE MENEZES em 02/06/2023.

**Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

- 1) Acesse o endereço:  
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

**EP02.0623.15230.DVN1**

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**  
**3899A35A1B75BF6E9C2A6F60A26CCBCED851F294166AD3A9DBEF6CA4833FCECF**